

Criada a 15 de Outubro de 1981, a Área de Paisagem Protegida de Sintra - Cascais surgiu da necessidade de fazer frente às crescentes e intensas pressões turística e urbana que ameaçavam uma área de grande sensibilidade e repleta de valores naturais, culturais e estéticos a preservar, como a Serra de Sintra, a faixa litoral e as áreas adjacentes.

A intenção de salvaguardar este importante património remonta ao início do século XX, como atestam diplomas publicados por organismos governamentais.

Atendendo à importância dos espaços naturais e das paisagens desta área, revelou-se necessário um reforço da protecção legal, justificando-se assim a passagem a Parque Natural a 11 de Março de 1994, o que permitiu a elaboração e aplicação de instrumentos legais reguladores mais exigentes. Nessa mesma data foi aprovado o primeiro Plano de Ordenamento.

Em Janeiro de 2004 é aprovado novo Plano de Ordenamento, que revoga o anterior. As alterações introduzidas justificam-se pela evolução do conhecimento sobre os fenómenos naturais e as transformações socio-económicas verificadas, bem como uma nova visão decorrente de normas e directrizes resultantes da designação de Sintra como Património Mundial da Humanidade ou a inclusão na Rede Natura 2000 e a



Palácio da Pena

aprovação dos Planos Directores de Cascais e de Sintra.

O Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC), situa-se no distrito de Lisboa, abrangendo parcialmente as freguesias de Alcáideche e Cascais, do concelho de Cascais e as freguesias de Colares, Santa Maria e São Miguel, São João das Lampas, São Martinho e São Pedro de Penaferrim, do concelho de Sintra. Ocupa uma área aproximada de 14 450 hectares, cujos limites são a linha de costa entre a foz do Rio Falcão, a norte, e a Cidadela de Cascais, a sul; estradas, caminhos e outros elementos bem definidos delimitam claramente o restante território protegido.

São órgãos do PNSC a Comissão Directiva, constituída por um presidente e dois vogais, um dos quais nomeado pelas autarquias abrangidas pelo PNSC, e o Conselho Consultivo, constituído por representantes de diversas entidades públicas, de organismos de investigação científica, das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, bem como pela sociedade civil através das associações de defesa do ambiente.

Os valores em presença, bem como a proximidade de Lisboa, que potencia as pressões exercidas pelas actividades humanas, leva a que esta área protegida, talvez mais que qualquer outra, seja alvo das atenções mediáticas, transportando-a para uma posição de destaque, que nem sempre lhe é favorável.



Pedra da Ursa

